MPV - 479/09

00146

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

04/02/10	proposição MP 479/09			
		PAULO ROCHA	РТ	n° do prontuário
I 🗌 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. 🗋 Aditiva	5. 🗆 Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

EMENDA ADITIVA AO MP 479/2009

Acrescente ao MP 479, de 30 de dezembro de 2009, o seguinte artigo:

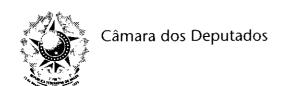
- O § 8 º do artigo Art. 5 º- A da Lei n.º 10.883 de 16 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "§ 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, a GDFFA :
- I somente será devida, se percebida há pelo menos 5 (cinco) anos, permitindo-se a soma dos tempos de percepção da referida gratificação (GDFFA) com a GDAFA, extinta pela Lei 11.784/2008; e
- II será calculada pela média aritmética dos percentuais de gratificação percebidos nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão, consecutivos ou não;
- III Os atuais servidores, incluindo-se os aposentados e eventuais beneficiários de pensão, que já haviam incorporado ao seu patrimônio pessoal o direito a percepção integral da GDAFA, de que tratava o art. 30 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, nos termos da legislação então vigente, perceberão a GDFFA em sua integralidade.
- IV Quando percebida por período inferior a sessenta meses, a GDFFA será incorporada observando-se as seguintes situações:
 - I para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004:
 - a) a partir de 1º de julho de 2008, em valor correspondente a quarenta pontos, observado o nível, classe e padrão do servidor; e
 - b) a partir de 1º de julho de 2009, em valor correspondente a cinqüenta pontos, observado o nível, classe e padrão do servidor;
 - II para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após

19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplica,



aplicar o



disposto nos arts. 3° e 6° da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3° da Emenda Constitucional n° 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-seão os percentuais constantes das alíneas "a" e "b" do inciso I; e

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na lei n^{0} 10.887, de 18 de junho de 2004."

PARLAMENTAR

